

Antes as armas que o jugo: os índios do Ceará na Balaiada

João Paulo Peixoto Costa

Resumo

O artigo visa analisar o envolvimento indígena da região da Ibiapaba, no Ceará, na Balaiada. Por meio da união com outros grupos, com destaque para o reduto de Frecheiras, refletiremos sobre as percepções indígenas em meio a mudanças que ameaçavam suas condições de trabalho e suas terras.

Palavras-Chave: Índios. Ceará. Balaiada.

Before weapons than the yoke: the indians of Ceará in Balaiada

Abstract

The article aims to analyze the indigenous involvement of the Ibiapaba region, in Ceará, in Balaiada. Through the union with other groups, with emphasis on the Frecheiras stronghold, we will reflect on indigenous perceptions amidst changes that threatened their working conditions and their lands.

Keywords: Indians. Ceará. Balaiada.

Texto integral

Introdução

As insatisfações em torno das medidas centralizadoras de Dom Pedro I foram comuns em seu reinado, e protestos se seguiram em várias regiões do país, especialmente na capital do império. Seu envolvimento na disputa pelo trono lusitano intensificou o estigma de “português”. Somadas às dificuldades diplomáticas e econômicas (MOREL, 2003, p. 10-13), sua fama de tirano vendido a Portugal avivou as críticas e conspirações contra seu governo, culminando em sua abdicação no dia 7 de abril de 1831 (MOREL, 2003 p. 18-19).

Enquanto o príncipe herdeiro não atingia a maioria, o país passou a ser comandado por uma sucessão de governos regenciais. Segundo Marco Morel, iniciava-se um “grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil”. Uma série de conflitos de origem ideológica, social e étnica veio à tona, por meio dos quais diversos setores da sociedade – entre eles, os índios – manifestaram suas múltiplas expectativas. Para o autor, o período regencial “foi momento-chave para a construção da nação brasileira, quando, ao custo de muitas vidas e despesas, garantiu-se a independência e o caminho de uma ordem nacional”. Morel acredita que essa época, que possibilitou tamanha agitação e novas formas de expressão política, era caracterizada pela “ausência de poder centralizado na figura do monarca e pela emergência de atores históricos variados com suas demandas sociais” (Ibid., p. 9-10), ao ponto de que a grande preocupação da política da Corte ter sido “parar o carro revolucionário” (Ibid., p. 20).

Iniciava-se, simultaneamente, um período de intensas ações de recrutamento como forma de controle social. A própria necessidade em combater as revoltas regionais motivou, segundo Mathias Assunção, o aumento das conscrições da população pobre e livre (2008, p. 179), o que levava a um círculo vicioso: “o recrutamento intensivo provocava, em retorno, resistência armada, o que aumentava por sua vez a necessidade

de recrutamento” (Ibid., p. 180). Tal processo provocou o início e a impressionante difusão da Balaiada.

A revolta, iniciada no Maranhão e com forte repercussão em território piauiense, durou entre os anos de 1838 e 1841 e teve um saldo de cerca de 15 mil rebeldes mortos nos conflitos (MOREL, 2003, p. 64-65). Mathias Assunção caracteriza o conflito como uma “guerra de resistência do campesinato contra o recrutamento arbitrário e os abusos de uma elite que se considerava branca e superior” (2008, p. 171). A revolta era social e etnicamente heterogênea, envolvendo amplamente a população cabocla do interior dessas duas províncias, além de índios, negros escravos e forros, brancos pobres, vaqueiros, camponeses e, em território piauiense, significativa participação de fazendeiros contrários ao barão de Parnaíba, que estava à frente do governo do Piauí desde a independência. Suas principais reivindicações giravam em torno da defesa da Constituição, da religião católica, da pátria e do imperador (Ibid., p. 172. ASSUNÇÃO, 2011, p. 305. OLIVEIRA, 1989, p. 16-19. DIAS, 1995, p. 79-82. DIAS, 2008, p. 205-209).

Por um lado, apesar de sua extensão geográfica, a revolta foi uma só, tendo em vista não apenas os contatos frequentes que lideranças de lugares distintos travavam entre si como também a semelhança dos motivos de insatisfação. Por outro, cada grupo – sejam vaqueiros, lavradores, escravos ou fazendeiros – possuía demandas distintas, tanto por suas condições de vida diferenciadas quanto por suas culturas políticas particulares.

Na historiografia há citações muito rápidas a respeito do Ceará como palco ou terra natal dos envolvidos no conflito (DIAS, 2008, p. 204. VIEIRA, 2010, p. 105-106. XAVIER, 2015, p. 156-161). Entretanto, as fontes pesquisadas apresentam diversas referências ao balaios cearenses, que eram, provavelmente em sua totalidade, índios da serra da Ibiapaba – ou Serra Grande –, na fronteira do Ceará com o Piauí, naturais de Vila Viçosa (atual Viçosa do Ceará), São Pedro de Ibiapina, São Benedito e outros povoados próximos. Sua cultura política, aliada às demandas do contexto em que viviam, serviu de base para sua participação na rebelião, atuando também no território piauiense. Uma das localidades mais destacadas na documentação pesquisada foi

Frecheiras (atual distrito do município de Cocal da Estação, no Piauí): um reduto multiétnico, onde as experiências indígenas dialogaram e conviveram com grupos de origens étnicas e sociais distintas, produzindo novas culturas políticas.

“Raimundo Gomes, nosso irmão”

As primeiras notícias que encontrei sobre o envolvimento de índios do Ceará na Balaiada datam de julho de 1839. Escrevendo ao Barão de Parnaíba no dia 4, o subprefeito de Piracuruca, no Piauí, José Rodrigues de Miranda, comunicava seu temor em relação à proximidade da povoação com a

serra e Vila Viçosa, lugares estes que tem grande número de índios e outros de iguais sentimentos, e onde não há homens de qualidade que contenham os impulsos desses incautos, e onde já desobedeceram ao presidente quando os mandou reunir para vir socorrer a esta província, em cujo lugar já ousam chamar a Raimundo Gomes, nosso irmão, e com a maior satisfação dizem que o que se tem praticado no Brejo é justo¹

Os piauienses, de fato, ainda não haviam esquecido a “traumática” – apesar de breve – presença indígena em seu território em 1823, cujo grande pecado havia sido a desobediência às autoridades. Ou seja, mesmo que governantes do Piauí e índios do Ceará tivessem lutado contra os mesmos inimigos, a postura destes era inadmissível para aqueles. Agindo por conta própria, revelaram sua obstinação em defender seus interesses e as ameaças internas que os governantes do Brasil recém-independente teriam que enfrentar (COSTA, 2016, p. 259-276). Tais receios foram particularmente enfatizados durante a Balaiada: as autoridades que buscavam construir um Estado nacional unificado tiveram que lidar com uma massa popular que não aceitava ser submissa às arbitrariedades que sofriam. Este tipo de atitude “desobediente” estava presente na adesão irmanada dos índios da Ibiapaba a Raimundo Gomes e no apoio aos

¹ De José Rodrigues de Miranda a Manoel de Souza Martins. Piracuruca, 4 de julho de 1839. Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), série Balaiada (SB), livro 6.

acontecimentos ocorridos na vila de índios do Brejo, Maranhão, tomada pelos balaios em abril de 1839 (ARAÚJO, 2016).

O citado Raimundo Gomes era o vaqueiro piauiense que, em dezembro de 1838, iniciara a revolta na Vila do Manga (atual Nina Rodrigues, Maranhão), motivada pelo recrutamento de seu irmão (OLIVEIRA, 1989, p. 20. DIAS, 2008, p. 186. ASSUNÇÃO, 2008, p. 186. ASSUNÇÃO, 2011, p. 298). Em apenas seis meses após o início da revolta os índios da Serra Grande já reverenciavam o líder Raimundo Gomes Vieira Jutahy, que reivindicava a igualdade das cores, ou, como se dizia à época, das diferentes “qualidades” de homens (ASSUNÇÃO, 2011, p. 311-313). Por isso, Mathias Assunção caracterizou a Balaiada como uma expressão de “liberalismo popular”: a população subalterna se apropriou da linguagem do partido maranhense *bem-te-vi* (termo também adotado como autodesignação pelos rebeldes) de defensores das leis do império, opondo-se aos conservadores, os chamados *cabanos*. Para o autor, as classes populares adaptaram ideias divulgadas pela imprensa liberal e manifestaram seu “liberalismo” com características próprias, a exemplo da defesa da igualdade racial (Ibid., p. 300-304).

As ideias dos revoltosos do Maranhão foram bem recebidas pelos índios da Ibiapaba em 1839 porque os conflitos étnico-sociais já faziam parte de sua memória e cultura política. O “liberalismo popular” maranhense pode ter tido uma releitura por parte da população indígena da Serra Grande. Por mais que em muitos momentos tenham combatido “patriotas”,² os verdadeiros alvos da gana dos índios era a elite branca e proprietária. Os que antes eram “liberais” passaram a ser, neste contexto, conservadores, associados muitas vezes aos portugueses, mas, na prática, ambiciosos em usurpar o trono do rei e privar os indígenas do exercício da cidadania.

Outra questão evidente no ofício de Miranda é que, em meados de 1839, o contato dos rebeldes maranhenses com os habitantes da Ibiapaba já era frequente e, pela maneira com que se manifestavam, a região onde viviam era muito mais que um

² Como, por exemplo, na Revolução de 1817, no Piauí em 1823, nos conflitos de Granja em 1825. Cf. COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra**, p. 277-313.

local de fuga. No dia 8 de setembro um destacamento de 20 homens estacionado no povoado de Matões (atual Pedro II, Piauí), próximo à fronteira com o Ceará, foi atacado por 56 rebeldes, que mataram alguns soldados, roubaram munições e queimaram casas. Desses, alguns que eram de Vila Viçosa seguiram para Piracuruca e, com a chegada de numerosas tropas de linha e Guardas Nacionais nos dias 16 e 17, “se abarracaram muito bem entrincheirados, armados e municados na fazenda Bebedor”, a 38 quilômetros da vila. Em 20 de setembro os rebeldes foram sitiados, travando fogo de 5 da manhã até as 18 horas, entregando-se no dia seguinte – com um saldo de 15 mortos – e sendo remetidos presos em número de 48 a Parnaíba no dia 25. Segundo o prefeito de Piracuruca, Albino Borges Leal, muitos rebeldes que vinham da Serra Grande, ao saberem da derrota ocorrida na vila, “voltaram às carreiras”.³

No segundo semestre de 1839, a Ibiapaba já era claramente um foco de rebeldes e de onde partiam operações armadas de ataque. Escrevendo ao Barão de Parnaíba, Leal relatou que, dentre os mortos, estavam o inspetor Pedro Celestino, “comandante de tal club [sic] do Ceará”, e Pedro da Costa, que dizia governar “as forças bem-te-vis dos Matões e seus arredores”. Os dois, segundo o prefeito, “eram legitimamente cabras,⁴ e até desprezíveis”.⁵ Maico Xavier argumenta que o aparecimento de categorias como cabras, caboclos ou “descendentes de índios” na documentação referente à Balaiada “denota certa relutância em reconhecer as identidades indígenas” (2015, p. 158). Entretanto, grupos identificados como “índios de Viçosa” não deixam de aparecer nos registros, mostrando que, na verdade, havia grande diversidade étnica na região e, provavelmente, interesses distintos. Cabras e índios não necessariamente se

³ De Albino Borges Leal a Manoel de Souza Martins. Piracuruca, 26 de setembro de 1839. APEPI, SB, livro 6.

⁴ O termo “cabra” costumava se referir aos mestiços e mestiças entre índios e negros. Sua utilização, no entanto, pode ter sofrido variações ao longo do tempo e em regiões diferentes.

⁵ De Albino Borges Leal a Manoel de Souza Martins. Piracuruca, 26 de setembro de 1839. APEPI, SB, livro 6 [ofício produzido na mesma data do supracitado].

identificavam como pertencentes ao mesmo grupo étnico,⁶ mas a matriz indígena comum possibilitava a convivência e a partilha de alguns objetivos.

Sabendo do potencial bélico dos insurrectos da serra, os governantes do Piauí e do Ceará passaram a tomar uma série providências de defesa. Em 4 de outubro, um destacamento foi montado pelo prefeito de Piracuruca em Columinquara, na estrada que seguia para Vila Viçosa, porque soubera que lá haviam passado rebeldes em 17 de setembro.⁷ Enquanto isso, o governador do Ceará João Antônio de Miranda informava ao ministro da Guerra, o Conde de Lajes, a respeito dos cerca de 50 cearenses que haviam se reunido aos “sediciosos de Matões”. Teriam sido “seduzidos” por um tal de José Paulino e seriam “quase todos índios”. Miranda afirmou ainda que, durante o cerco de Piracuruca, os líderes do grupo afirmavam ser “chefes da religião católica de Jesus Cristo”.⁸

Para os governantes desse período, as ações indígenas, por mais enérgicas que fossem, não poderiam ter suas próprias prioridades como iniciativa. Entretanto, as falas do chefe em Matões referentes ao catolicismo podem nos fornecer outra pista acerca do posicionamento político dos índios que quiseram se agregar às lutas dos rebeldes. Nesse contexto, o governo central afastava-se da Igreja (MOREL, 2003, p. 29) e, durante o processo de extinção das vilas de índios na década de 1830, suas antigas freguesias também não eram mais consideradas patrimônio comunitário indígena.⁹ Além disso, como demonstra a preocupação do prefeito de Piracuruca e de outras autoridades da

⁶ “difícil distinguir os índios [da Ibiapaba] do mais povo, principalmente estando aquela raça já tão misturada que pela maior parte só são tratados por índios os que querem ser”. Da câmara de Granja a José Maria da Silva Bittencourt. Granja, 23 de setembro de 1843. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), fundo Câmaras Municipais (CM), câmara de Granja, pacotilha 1843-1845.

⁷ De Albino Borges Leal a Manoel de Souza Martins. Piracuruca, 4 de outubro de 1839. APEPI, SB, livro 6.

⁸ De João Antônio de Miranda a João Vieira de Carvalho. Fortaleza, 8 de outubro de 1840. APEC, fundo Governo da Província (GP), série Correspondências Expedidas (CO EX), livro 41, p. 12V-14.

⁹ As freguesias de Soure, Arronches e Monte-mor Velho foram extintas por meio das leis n. 16, de 2 de junho de 1835, e n. 32, de 27 de agosto de 1836. Cf. OLIVEIRA, Almir Leal de. BARBOSA, Ivone Cordeiro (Org.). **Leis provinciais**, p. 57 e 83. A de Viçosa não foi abolida porque a vila continuou existindo, mas deixou de ser de índios na década de 1830.

fronteira entre o Piauí e o Ceará, a movimentação bélica indígena seguia por caminhos que eles escolhiam, mesmo que fosse pelos convites de outros revoltosos.

Frecheiras: um reduto multiétnico

Em janeiro de 1840 já circulavam notícias de que rebeldes da Ibiapaba tencionavam atacar Buriti dos Lopes, no Piauí, e sitiá Parnaíba,¹⁰ e em março ameaçavam marchar para Viçosa.¹¹ No mesmo mês apareceram rebeldes na vila a mando de Domingos Ferreira, “pedindo pólvora e munição e juntamente notificando os índios para se lhe reunirem”.¹²

A partir de abril, tropas cearenses contrarrevolucionárias passaram a se organizar em defesa da vila.¹³ Enquanto isso, provavelmente em decorrência da ocupação da Ibiapaba pelas forças repressoras, o litoral piauiense se tornava o novo reduto dos rebeldes do Ceará. Para deter esta movimentação, o major Joaquim da Rocha Moreira mandou colocar no fim deste mês “vários piquetes [...] em cima da serra a pôr obstáculos aos índios que estão fugindo a reunirem-se nas Frecheiras, por convite de sedutores que vivem por ali os seduzindo”.¹⁴ Enquanto isso, cerca de 600 homens de Pernambuco e do Ceará seguiam para a costa do Piauí, “procurando bater na marcha os rebeldes da Vila Viçosa e Frecheiras”.¹⁵ O lugarejo, propriedade do já citado Domingos Ferreira Veras,¹⁶ localizava-se próximo a Parnaíba e, apesar das barreiras impostas pelos militares, passou

¹⁰ De José Francisco de Miranda Osório a Manoel de Souza Martins. Parnaíba, 10 de janeiro de 1840. APEPI, SB, livro 12.

¹¹ De José Euzébio de Carvalho a Joaquim da Rocha Moreira. Granja, 20 de março de 1840. APEPI, SB, livro 12. De Manoel da Costa Sampaio a Joaquim da Rocha Moreira. Granja, 30 de março de 1840. APEPI, SB, livro 12.

¹² De Joaquim da Rocha Moreira a José Feliciano de Moraes Cid. Ubatuba, 31 de março de 1840. APEPI, SB, livro sem número.

¹³ De Joaquim da Rocha Moreira a José Francisco de Miranda Ozório. Ubatuba, 1º de abril de 1840. APEPI, SB, livro 12.

¹⁴ De Joaquim da Rocha Moreira a José Feliciano de Moraes Cid. Porteiras, 28 de abril de 1840. APEPI, SB, livro 11.

¹⁵ De Luís Alves de Lima e Silva a Alexandre Manuel Vieira de Carvalho, o conde de Lajes. São Luís, 16 de maio de 1840. Arquivo Nacional (NA), série Ministério da Guerra (OG), cód. 927, vol. 1, p. 31-32.

¹⁶ Cf. De José Martiniano de Alencar a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Fortaleza, 7 de fevereiro de 1841. APEC, GP, CO EX, livro 41, p. 40-40V.

a receber continuamente, ao longo de maio, pessoas que desciam a Ibiapaba. Um dissidente dos insurrectos das Frecheiras relatou às lideranças contrarrevolucionárias que “da Serra Grande tem ido uma porção de índios para os mesmos rebeldes, porém uns desarmados, e outros com armas finas, e todos sem munição – que eles cometem, porém, que o terror é muito”.¹⁷

Vinha dos próprios índios, portanto, a motivação pelo combate, advinda de insatisfações particulares e que deitavam raízes em situações muito antigas. Reunidos em Frecheiras com combatentes de lugares diferentes e de outras origens étnicas, puderam trocar experiências e compartilhar expectativas. Unidos por situações igualmente opressoras, índios e outros segmentos não-brancos e pobres fundiam suas particularidades históricas em um mesmo movimento de revolta. Segundo Mathias Assunção, a violência dos rebeldes se dirigia “antes de tudo contra escravocratas ou autoridades que se tinham destacado por suas crueldades e maus-tratos [...]. Nesse sentido não é uma violência primeira, mas uma reação contra violências anteriores”. Aliando-se a outros grupos e prometendo botar o terror, os índios de Viçosa faziam “um autêntico movimento de inversão, em que o perseguido de ontem virou perseguidor, e vice-versa” (ASSUNÇÃO, 2008, p. 192).

As pendengas indígenas em 1840 não eram exclusivas deste período, e seus inimigos foram se delineando com características étnico-sociais que culminaram com sua adesão aos bem-te-vis. Ainda que não fossem escravos, reclamavam havia muito que eram tratados como tais, o que possibilitava que sua revolta se coadunasse com aqueles que enfrentavam escravocratas ou quaisquer outros exploradores da população pobre. Rebelavam-se com o fato de que o país que ajudaram a formar privilegiava exclusivamente uma pequena elite branca, proprietária e usurpadora.

Antes viver sob as armas do que o jugo das autoridades

¹⁷ Relato sem data, local ou autoria, anexo ao ofício a José Feliciano de Moraes Cid. Ponto da Conceição, 5 de maio de 1840. APEPI, SB, livro 12. Também anexo ao ofício de José Feliciano de Moraes Cid a Manoel de Souza Martins. Capela do Livramento, 13 de maio de 1840. APEPI, SB, livro 11.

Até então, a documentação nos forneceu elementos para refletir sobre quem eram os alvos do terror prometido pelos índios. Mas o que de fato pretendiam? O presidente do Ceará Francisco de Souza Martins esteve próximo a Frecheiras e conseguiu obter informações com alguns indivíduos presos que lá tinham estado. Em junho de 1840, Martins escreveu ao ministro Francisco Ramiro de Assis Coelho sobre a vida e as “doutrinas” dos insurrectos. Segundo ele, os rebeldes eram,

... pela maior parte, descendentes de indígenas, outros são de cor mista, a que chamam *cabras*, e alguns negros fugidos dos seus senhores: todos de supina ignorância, e apenas algum se encontra que saiba ler. [...] Seus hábitos são muito semelhantes aos dos índios, de que quase todos descendem, e parecem que amam a mesma independência selvagem¹⁸

A descrição do presidente se assemelha bastante ao que sempre se disse dos índios desde o início do século XIX. Mais do que a convivência com os outros rebeldes, percebemos que a cultura indígena fazia parte da origem de parcela considerável dos amotinados das Frecheiras. Entretanto, a união entre mestiços, negros escravos e índios extrapolava a semelhança de hábitos: ainda que esta pudesse facilitar suas relações, o que os agregava eram os objetivos em comum e a mesma situação de subalternidade.

Além disso, as necessidades bélicas no enfrentamento das tropas governamentais faziam com que adaptassem táticas de guerrilha semelhantes às dos índios, somando-as a outros recursos mais efetivos. Segundo Martins, os rebeldes faziam “exercícios de armas que têm aprendido de alguns soldados desertores ou prisioneiros, mas quase nenhuma disciplina e subordinação conservam dos chefes”. Sua guerra era de emboscada, utilizando-se de trilhas nas matas ao lado das estradas, trincheiras de pedra e “numerosos espias pelas estradas e lugares, onde existem destacamentos de nossas tropas, o que lhes é fácil conseguir por meio de outros pobres moradores desses sítios, os quais todos têm com eles relações mais ou menos simpáticas”. Nunca faziam

¹⁸ De Francisco de Souza Martins a Francisco Ramiro de Assis Coelho. Vila Viçosa, 20 de junho de 1840. Apud: NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará: período regencial. 10º presidente, bacharel Francisco de Souza Martins. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tipografia Studart, tomo XV, 1901, p. 31-33. Salvo indicação em contrário, as citações nos próximos parágrafos pertencem a esse documento.

enfrentamento em campo raso, atacando as tropas em caminhos cobertos de mato. Quando descarregavam sua munição, “somem-se de corrida pelo interior das matas, e raras vezes acontecem que alguns sejam apanhados”.

A descrição reforça o argumento de que o grupo de Frecheiras, assim como outros focos de atuação dos revoltosos, era multiétnico, como bem observou Jofre Vieira (2010, p. 106). Os índios de Viçosa, portanto, eram percebidos pelos observadores dos governos provinciais como elementos importantes da atuação rebelde. A Balaiada agregou elementos diferentes, vindos de uma sociedade diversificada e igualmente insatisfeitos, desde soldados desertores até espões facilmente aliciáveis. Os recrutamentos, estopim do movimento, atingiam a todos, mas compunham um contexto de exploração e controle social muito mais complexo.

Martins também tomou conhecimento de que os rebeldes rezavam o terço todas as noites, fato que o induziu a supor que o envio de missionários poderia “sem custo conseguir que eles largassem as armas e se submetessem à autoridade. Lembra-me que n’outro tempo assim se praticava com os indígenas, de quem os atuais inimigos pouco diferem”. Os insurrectos declaravam ainda

... obedecer à S. M. o Imperador, e fazer guerra aos cabanos, que querem governar em nome do mesmo Augusto Senhor. Mostram-se muito pertinazes em não se sujeitarem, preferindo antes viver sob as armas, foragidos pelas brenhas [...] do que se submeterem ao jugo da autoridade legal

Aqui as demandas dos rebeldes são mais evidentes. O movimento não somente lutava “contra algo”, mas também *a favor* de reivindicações que transformassem a realidade que viviam, contradizendo parte da historiografia. Maria Amélia de Oliveira, por exemplo, classificou a Balaiada como um movimento pré-político, “pois, mesmo que tenha alcançado graus inusitados de violência e de mobilização popular, foi incapaz de articular um projeto político como uma alternativa às formas vigentes de dominação” (1989, p. 15). Para Claudete Dias, “a massa popular analfabeta e rude está apta para lutar e escolher seus líderes, mas não para governar”. Por isso que, na Balaiada, “os índios, os

escravos, os sertanejos pobres não souberam formular suas ideias, mas, na prática, agiram em sua defesa" (DIAS, 1995, p. 82-83. DIAS, 2008, p. 211).¹⁹ Comprando o ponto de vista dos contrarrevolucionários, presente na maior parte da documentação, as autoras duvidaram da capacidade das pessoas que estudavam. Como se fossem limitados mental e politicamente, os pobres só poderiam, para elas, agir pelo uso da força.

Talvez por conta do período e contexto acadêmico em que escreveram, Oliveira e Dias não questionaram as fontes a partir da origem social de seus autores. Estes nem sempre entendiam – ou não procuravam entender – as culturas e reivindicações políticas dessa população, como mostra a caracterização de “indisciplina” a respeito da maneira como lidavam com seus chefes. Para avançar na investigação, não é possível afirmar a *não existência* de ideias e projetos: ao contrário, é necessário examinar “a contrapelo” os documentos produzidos pelos governantes acerca dos revoltosos. No caso aqui analisado, diferente de outros grupos envolvidos na Balaiada (OLIVEIRA, 1989, p. 21. ASSUNÇÃO, 2011, p. 306), não encontrei registros escritos dos índios de Viçosa. Entretanto, é possível entrever suas ambições a partir das alianças que faziam e de seus referenciais na luta. Bem mais do que agir exclusivamente motivados por suas insatisfações – que não eram poucas e nem banais – os índios também compactuavam com exigências relativas ao fim das diferenças sociais. O Brasil ainda guardava uma série de características da sociedade do Antigo Regime, mas as garantias indígenas de quando eram vassalos portugueses passaram a ser usurpadas com muito mais violência por uma elite que, além de dona da terra, ocupava os cargos da administração pública. Como vimos ao longo deste trabalho, a “cidadania” – condição jurídica, mas nem sempre efetiva – lhes trouxera muito mais prejuízos do que benefícios.

Ressaltando sua fé católica e sua fidelidade ao rei, os amotinados de Frecheiras tinham pautas muito semelhantes ao que Mathias Assunção encontrou em escritos rebeldes apreendidos no Maranhão. Estes davam vivas à religião católica, ao imperador,

¹⁹ Contraditoriamente, a autora diz se amparar na história social para analisar o movimento. Cf. DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaiada, p. 77. DIAS, Claudete Maria Miranda. Movimentos sociais do século XIX, p. 201.

à Carta Magna do país e às tropas bem-te-vis, opondo-se aos cabanos que estariam “se aproveitando da tenra idade de dom Pedro para infringir a Constituição e oprimir ‘os povos’”. Segundo Assunção, a “ênfase na religião católica era complementada pela acusação de que os cabanos formavam sociedades secretas”, expressando a desconfiança da maçonaria (ASSUNÇÃO, 2011, p. 306-309). Apesar do presidente Martins não fazer referência a direitos constitucionais sobre as reivindicações dos de Frecheiras, estes também lutavam para fosse respeitada sua cidadania.

Há nos anseios dos rebeldes muitos elementos da cultura política dos índios que sempre se portaram como devotos católicos e fiéis vassalos. Apesar do curto período de adesão aos liberais do Ceará, os indígenas de Viçosa terminaram a Confederação do Equador perseguindo os chamados “patriotas”, vindos de uma elite proprietária e exploradora. Dom Pedro I voltara a proteger os índios da ambição dos poderes locais, mas as pressões para sua abdicação criaram uma conjuntura política de crescente privação do exercício da cidadania por parte da população pobre e, principalmente, não-branca. No que dizia respeito aos índios, o retorno da centralização do poder na figura de um rei – que estaria submetido a aproveitadores – poderia fazer com que recuperassem o que haviam pedido com a partida do imperador. Ou seja, ao contrário do que argumentou Maria Amélia Oliveira, havia demandas políticas efetivas por parte dos rebeldes que pretendiam transformar a situação de dominação em que viviam a partir do respeito à sua condição de cidadãos, que só seria possível por meio da defesa do rei. Diferente do que afirma Claudete Dias, os índios de Viçosa amotinados em Frecheiras formularam ideias e lutaram por elas, buscando a melhoria de sua realidade e baseados nas memórias de quando governavam sua vila.

As características guerreiras dos índios – atuando por emboscada, sem chefias definidas, locomovendo-se facilmente nas matas – foram de suma importância para a resistência e ação do movimento. Apesar da ofensiva promovida pelas forças dos governos provinciais em 22 de junho, os rebeldes conseguiram se deslocar das Frecheiras e contra-atacar a Ibiapaba, de onde muitos índios “havia desertado dos arrabaldes para se unirem [...] aos rebeldes”. No dia 1º de julho invadiram São Pedro,

“onde assassinaram a seis ou sete pessoas, roubaram e queimaram as casas” e de lá desceram para o Ipu, matando um homem e roubando algumas casas. Em seguida subiram novamente a serra e atacaram São Benedito, onde enfrentaram paisanos liderados por Luís José de Miranda, “chefe índio da povoação”, e guardas nacionais. Após intenso combate, os insurrectos apossaram-se do lugar e “largaram fogo às casas”. No dia 12 as tropas de Ceará “atacaram os rebeldes fortificados no lugar do Buriti”, próximo à Vila Viçosa, “onde haviam feito fossos transversais na estrada, erriçados de espinhos por dentro, e por cima cobertos por folha de palmeira e terra”. Com a ofensiva, os revoltosos foram “desalojados, deixando quatro mortos vistos, além de outros que se supõem terem morrido”, contra um soldado do governo morto. De lá, se reuniram novamente em Japitaraca, termo de Vila Viçosa. De acordo com o presidente Martins, “como estes lugares ficam sobre a chapada da Serra Grande cobertas de densas e vastas matas, e estes rebeldes são em parte dos mesmos índios habitantes das povoações mencionadas, que conhecem todas as veredas e esconderijos”, era preciso que as explorações militares do governo durassem mais tempo.²⁰

As ações violentas imputadas aos revoltosos estão presentes em toda a documentação referente ao movimento em cada uma das províncias como também em grande parte da historiografia tradicional. Sem negar que tais atos realmente ocorreram, há de se considerar que, muitas vezes, tratava-se de respostas a situações tanto vividas historicamente por essas populações contra a exploração quanto localizadas no decorrer dos embates (ASSUNÇÃO, 2008, p. 190-194). No caso acima, a incursão dos índios rebeldes por sua região de origem – e que era cada vez menos sua – indica, pelo menos, duas relações conflituosas. Em primeiro lugar, seu trânsito pela Ibiapaba foi um contra-ataque às “autoridades locais” que combatiam por conta da ofensiva que haviam sofrido em Frecheiras. Em segundo, os assassinatos e as queimas de casas tinham íntima relação com a atuação do índio Luís José de Miranda, capitão de São Benedito. Eles e

²⁰ De Francisco de Souza Martins a Luís Alves de Lima. Fortaleza, 24 de julho de 1840. AN, AA, IJJ9 174. De Francisco de Souza Martins a José Paulino Soares de Souza. Fortaleza, 27 de julho de 1840. Apud: NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará, p. 42-43.

seus paisanos representavam uma parcela provavelmente significativa da população indígena da Ibiapaba que não apoiava a revolta, trabalhava em obediência ao governo do Ceará e, por isso, foi atingida pela represália rebelde.

Era evidente a heterogeneidade de posicionamentos entre os índios da Ibiapaba. Em 1840 havia índios contrários aos mais radicais e dispostos a manter a ordem governamental, ainda que seja difícil conhecer as motivações dos “paisanos” de Miranda. O capitão, em contrapartida, provavelmente percebia as vantagens pessoais e prestigiosas que receberia com o sucesso da repressão, opondo-se a grupos que, como afirmou o presidente, não eram subordinados aos próprios chefes. Apesar da obstinação dos revoltosos e de suas vantagens na guerrilha, a utilidade da corporação de São Benedito cresceu ainda mais após os embates de julho, tanto pelo fortalecimento das forças contrarrevolucionárias quanto pela chegada da notícia da maioridade de dom Pedro II.

Amor ao soberano e adesão ao seu governo

O relatório do presidente do Ceará Francisco de Souza Martins, de agosto de 1840, descreveu o que ocorrera até o fim do mês de julho com os adeptos da Balaiada na província. Tratou das ofensivas e reforços recebidos pelo governo, das táticas de guerrilha dos rebeldes, da colaboração do índio Luís José de Miranda e do confronto no Burity. Mas, diferente de comunicações anteriores, propôs uma explicação para a adesão de parte dos indígenas da Ibiapaba ao movimento. Segundo ele, os índios se revoltaram como consequência das leis que os excluíram “de todos os empregos públicos”, por serem “sempre lesados em seus contratos” e pela degradação de sua “posição social”. Suspirando pelo “antigo regime”, as 60 famílias de São Pedro se dispuseram a “tomar partido na rebelião, [...] abandonando suas casas e lavouras, das quais algumas se achavam em estado esperançoso. Julgo que, por análogas razões, eles aliaram com os partidos rebeldes no Maranhão e no Pará” (MARTINS, 1840, p. 6-7 e 12).

Ter lavouras produtivas não era o suficiente para uma população a cada dia mais explorada e que via suas prerrogativas serem abolidas: degradava-se sua posição social e

política e nem sequer se concretizava seu direito à cidadania. Não adiantava ter colheitas fartas se suas terras eram gradativamente usurpadas e se eram abusados como mão-de-obra dos proprietários. Ainda que percebesse não faltarem razões para os índios se revoltarem, o presidente não esclarece quais os possíveis objetivos dos insurrectos: novamente, fala-se do *contra o que* lutavam, mas obscurece-se o *a favor de que*. Mathias Assunção vê muitas semelhanças entre o ideário dos bem-te-vis e as revoltas camponesas do Antigo Regime no mundo atlântico, que acatavam a “autoridade central do monarca” ao mesmo tempo em que pediam a “remoção das autoridades locais”. A diferença era que os primeiros “também invocavam o princípio da soberania popular e de cidadania”, ultrapassando, portanto, as intenções dos camponeses (ASSUNÇÃO, 2008, p. 186). De maneira semelhante, o mesmo ocorria com os índios insurrectos da Ibiapaba: sua cultura política agregava as expectativas de períodos anteriores de usufruir de sua condição de cidadãos. Apesar da aparente contradição, “suspirar pelo antigo regime” não os impedia de defender a Constituição e o imperador.

Mas, se a luta dos rebeldes era para que o príncipe Pedro assumisse definitivamente o trono, sem a interferência de regentes e livre para defender os direitos constitucionais do povo, os rumos do movimento mudaram em agosto com a chegada das notícias da antecipação de sua maioridade. O “golpe” – conduzido sem votação no Legislativo – foi, segundo Marco Morel, “uma solução ansiada por grupos dirigentes que, assim, buscavam retomar a coesão perdida” e a “restauração da plenitude monárquica” (MOREL, 2003, p. 68). O fato era também esperado pelas classes populares e produziu, inclusive, “perplexidade entre os rebeldes”. De acordo com Mathias Assunção, a mudança no cenário nacional levou muitos bem-te-vis a reavaliar a situação. Para a segunda metade de 1840 o autor percebeu uma “nítida mudança de tom nas cartas rebeldes”, por meio das quais vários consideravam abandonar o movimento ou até mesmo mudar de lado.

Com o governo dos regentes terminando, o aferro dos combatentes perdia o sentido, principalmente após o anúncio de anistia aos que se rendessem também em agosto (OLIVEIRA, 1989, p. 23. DIAS, 1995, p. 74. DIAS, 2008, p. 203). No Ceará isso é

perceptível pela escassez de registros sobre os conflitos no segundo semestre de 1840. Em referência aos índios, encontrei apenas um ofício do ministro da Justiça Antônio Paulino Limpo de Abreu ao novo vice-presidente do Ceará do mês de outubro. Segundo o ministro, já que os revoltosos diziam “obedecer à S. M. o Imperador, e fazer guerra aos que em Seu Augusto Nome governavam”, era necessário comunicar-lhes a declaração da maioria do rei e que ele já governava “na forma da Constituição”. Abreu também recomendou que fossem informados de que um dos primeiros atos do soberano havia sido “perdoar a todos os seus súditos que a essa ocasião tenham cometido crimes políticos e estavam compreendidos neste indulto, uma vez que [depusessem] as armas”.²¹

Mais uma vez a figura do monarca apresentava-se aos índios como um benfeitor generoso, mas o destaque do ministro para o funcionamento “constitucional” do governo de dom Pedro II revela a importância desta contrapartida para os rebeldes. O perdão aos indígenas mediante a deposição das armas, portanto, passava a ser viável porque seu estatuto de cidadãos podia ser respeitado e efetivado. Suas ações armadas, entretanto, não deixaram de ser consideradas criminosas por terem desrespeitado as autoridades constituídas, mesmo anistiadas por um imperador benévolo. Menos explícita no texto de Abreu é a consciência do governo central de que, sem a antecipação da maioria, nem a Balaiada ou outras revoltas do período poderiam ser controladas.

O segundo semestre de 1840 seguiu com poucas referências aos índios insurgentes em território cearense, indicando que muitos possivelmente cederam às propostas do governo central diante das mudanças no cenário político nacional. Entretanto, novos conflitos estouraram no final deste ano. Em dezembro de 1840 já circulavam notícias de um “princípio de revolta no Ceará”, o que poderia, segundo o presidente do Maranhão Luís Alves de Lima (o futuro duque de Caxias), “reanimar o

²¹ De Antônio Paulino Limpo de Abreu ao vice-presidente do Ceará. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1840. APEC, MN, MJ, livro 38.

espírito da revolta nesta província, onde os habituados à rapina estão sempre prontos a seguir a quem a isto os conduza”.²²

Lima repetiu dois argumentos comuns utilizados pelos governos provinciais à época: o caráter criminoso da ação dos insurgentes e a fácil cooptação de uma população mentalmente incapaz. O presidente não procurou refletir, contudo, quais seriam os motivos para que os habitantes da Ibiapaba voltassem às manifestações violentas. No Piauí e no Maranhão a luta continuara após a anistia de agosto de 1840, muito por conta dos soldados que desertavam das tropas legais pelas péssimas condições em que viviam. Com o fechamento do cerco em diferentes regiões destas províncias e o recrudescimento da violência, em janeiro de 1841 já era anunciado o fim da Balaiada em seus territórios (OLIVEIRA, 1989, p. 23. DIAS, 1995, p. 84. DIAS, 2008, p. 203).

Segundo Mathias Assunção, apesar dos apelos dos insurrectos para que houvesse um cessar-fogo, “na sua última fase a guerra assumiu proporções de genocídio da população ‘cabocla’ por parte das forças da legalidade”. Mas “por que o núcleo duro dos rebeldes não se entregou”? Assunção acredita que muitos eram conscientes de que a “aproximação com os escravos punha ainda mais entraves a um perdão por parte da legalidade” (2011, p. 317-320). A convivência com cativos fugidos também ocorrera nas Frecheiras, mas parece não ter impedido que a anistia prometida aos índios tivesse ocorrido com aparente tranquilidade até, pelo menos, dezembro de 1840.

Em fevereiro de 1841, o então presidente do Ceará José Martiniano de Alencar – novamente à frente do governo – comunicou a Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque a presença na província dos líderes rebeldes Domingo Ferreira de Veras e o preto Antônio de Souza Cabral. Segundo Alencar, eles haviam sido responsáveis por reunir “as grandes forças rebeldes no lugar Frecheiras”, que seria propriedade de Veras. Muitos revoltosos não haviam se entregado há mais tempo “temendo que algumas atrocidades se praticassem contra eles, de que infelizmente alguns exemplos houve,

²² De Luís Alves de Lima e Silva a Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque. São Luís, 5 de janeiro de 1841. AN, OG, cód. 972, vol. 1, p. 26V-27.

dados por oficiais das forças da legalidade”. O presidente julgava justa a compaixão do imperador com os insurrectos, já que haviam lutado em seu nome. O “pensamento político único” dos insurgentes era

... um expressivo amor à sagrada pessoa do soberano e muita adesão a seu governo, como composto dos homens que trabalharam pela sua maioridade, pois dizem eles que quando pegaram em armas foi só para fazer com que S. M. I. subisse ao trono, persuadidos brigavam contra o partido que se opunha a que o imperador entrasse no governo do Estado. A alguns ouvi dizer que se achavam pagos de todas as fadigas e inconvenientes por que haviam passado, uma vez que viam a seu monarca no trono, único alvo a que se dirigiam seus esforços

O próprio preto Cabral, natural do Maranhão, confidenciara a Alencar que desejava “lançar-se aos pés de S. M. I. e ter o gosto de ver ao seu soberano por quem, diz[ia] ele, tantas vezes arrisc[ara] sua vida”. Na visão do presidente, porém, sua presença no Ceará era perigosa, “pois é inegável que no oeste desta província, onde [fora] o teatro de suas façanhas, tem uma grande ascendência sobre os índios e a gente de sua cor”, de maneira que ainda poderia reunir “muitos homens capazes de pegar em armas”.²³

Alencar foi um dos únicos governantes a tratar por “pensamento político” o posicionamento dos rebeldes, talvez por sua experiência com as classes populares durante as revoltas liberais que protagonizara. O entendimento da postura dos insurrectos e o diálogo travado com eles era também um reconhecimento que a nova ordem política nacional interessava a todas as partes envolvidas, possibilitando reinstaurar a “paz provincial” de que se orgulhara em seu mandato anterior. Sabia, entretanto, que ainda havia alguns entraves a superar.

Índios e outros rebeldes viam com muita esperança o governo definitivo do imperador de quem eram tão devotos: a aclamação de Dom Pedro II representava a

²³ Segundo José Martiniano de Alencar, Antônio de Souza Cabral embarcara com destino à Corte “por sua muito livre vontade como passageiro do Estado no vapor São Sebastião”. Cf. De José Martiniano de Alencar a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Fortaleza, 7 de fevereiro de 1841. APEC, GP, CO EX, livro 41, p. 40-40V.

vitória de seu movimento. Seus inimigos, contudo, não eram apenas os opositores à maioria, mas também os que contra eles agiram com violência. Um retorno da ação radical por parte dos índios da Ibiapaba era algo iminente na visão de Alencar, especialmente por conta do que haviam sofrido e do que ainda poderiam sofrer. A precaução do presidente em livrar os indígenas de possíveis “más influências”, portanto, não teria muita serventia se fosse executada sem atentar para a convivência com outros setores mais abastados e para outras demandas presentes desde o início do movimento.

Em julho de 1841, o juiz de Parnaíba José Gomes de Araújo alertou o então presidente do Ceará José Joaquim Coelho acerca de uma “porção de rebeldes da província do Maranhão” que teriam sido “acossados pelas autoridades daquela província, ou recrutamento, ou por andarem amoambados [sic] sem se apresentarem por gozarem da anistia que tão caridosamente lhe concedeu o nosso amável monarca”. Os fugitivos estariam se refugiando em Viçosa, São Pedro e outras imediações da fronteira do Ceará com o Piauí, e estariam atacando legalistas. Para o juiz, caso aparecesse um “malvado que os influa e dirija, eles estarão prontos a entrarem novamente na vida” de insurreição.²⁴

Os temores dos antigos revoltosos continuavam já que, diante das violências, a “caridade” do soberano pouco lhes servia. Por mais que declarassem que o trono imperial era a única razão pela qual lutavam, este deveria representar, na prática, um amparo contra os abusos de seus verdadeiros inimigos: as autoridades locais. Mas, se tal proteção não fosse efetiva, as razões para a insatisfação poderiam vir novamente à tona. Segundo Mathias Assunção, a vitória das tropas da legalidade e a “pacificação” do Maranhão e do Piauí foi, na verdade, uma “paz de cemitério” (2008, p. 194). Como lembra Marco Morel, em 18 de julho ocorreu a pomposa coroação de dom Pedro II no Rio de Janeiro. “Ao mesmo tempo, a cerca de três mil quilômetros dali, o coronel Luís Alves de Lima e Silva erguia a espada do Império contra os rebeldes da Balaiada, em sua

²⁴ De José Gomes de Araújo a José Joaquim Coelho. Parnaíba, 14 de julho de 1841. Apud: DOCUMENTOS sobre a Balaiada, p. 262.

maioria escravos, índios e pobres livres. Os caminhos da nação ainda seriam árduos” (MOREL, 2003, p. 69).

Tal futuro tenebroso também era sentido pelos pobres do Ceará. As notícias que receberam dos refugiados do Maranhão não eram necessárias para que alguns habitantes da Ibiapaba se indignassem mais uma vez. A tão esperada posse do trono imperial por Dom Pedro II não impediu que os recrutamentos, estopim para o início da Balaiada, voltassem a ser utilizados pelos governos provinciais, como revelou o juiz de Parnaíba. Também em julho de 1841 o presidente Coelho recebeu notícias sobre movimentações de “grupos de índios existentes na serra, principalmente nas matas do Buriti”.²⁵ Em agosto, ordenou ao major Joaquim Ribeiro da Silva que retomasse as conscrições que haviam sido suspensas na Ibiapaba. Entre os índios do Buriti, que fizesse o recrutamento “com toda a aparência de justiça, prendendo, sobretudo, os que vivem ociosos, afim de não se persuadirem que lhes faz guerra em massa e por seus anteriores crimes no Maranhão e no Piauí”. O objetivo do presidente era que, gradativamente, fosse “desaparecendo daí essa gente avezada aos atentados que já ameaçou a tranquilidade dessa comarca, e pode para o futuro voltar a incomodar-nos”.²⁶

Terminada a revolta e coroado o imperador, as políticas de controle social no início da década de 1840 voltaram a ser as mesmas utilizadas no decênio anterior, destruindo a esperança de muitos pobres livres. As ações orquestradas por Coelho se assemelhavam bastante com o que Vânia Moreira apontou para os recrutamentos no Espírito Santo a partir dos anos 1830 e que continuaram em meados do século XIX (2006, p. 111-118). Mas na Ibiapaba pós-Balaiada, além do combate aos vadios – ou seja, à população pobre não produtora de excedentes agrícolas –, a presidência pretendia evitar o risco de novos distúrbios, destinando os índios às forças armadas. O que Coelho não percebia é que não havia como executar recrutamentos de forma tranquila, muito

²⁵ De José Joaquim Coelho à câmara de Vila Viçosa. Fortaleza, 22 de julho de 1841. APEC, GP, CO EX, livro 48, p. 139V.

²⁶ De José Joaquim Coelho a Joaquim Ribeiro da Silva. Fortaleza, 11 de agosto de 1841. APEC, GP, CO EX, livro 48, p. 171V.

menos aparentando justiça, e que era justamente contra esta prática que os índios haviam se revoltado.

O resultado das ações do governo provincial foi previsível. Em seu relatório apresentado à Assembleia provincial em setembro de 1841, o presidente Coelho contou que “alguns índios do Buriti, urdidos pelo temor do recrutamento a que tenho mandado proceder, em virtude de ordens mui positivas que recebi da Corte, reuniram-se em magotes armados em rumo de Vila Viçosa, mas foram logo dispersos” (1842, p. 4). A reação violenta dos recrutados já não tinha a mesma dimensão de anos anteriores, talvez por ter sido executada de maneira mais cuidadosa, mas, certamente, porque aí contava com o amparo da Corte, governada pelo próprio imperador.

A dispersão a que se referiu Coelho não era suficiente. Em 8 de outubro de 1841, o próprio presidente respondeu a câmara de Vila Nova (atual Guaraciaba do Norte) sobre o temor da povoação ser “invadida pelos magotes de índios, outrora rebeldes no Maranhão e no Piauí”, e que neste período “infesta[vam] a vizinhança”. Para batê-los, remeteu apenas 10 praças, acreditando que “esta pequena força” poderia “intimidar os malvados” e “neutralizar-lhes as más intenções”.²⁷ Alexandre Mourão, que lideraria este destacamento, ordenou que defendesse a vila “de qualquer agressão dos índios que do Piauí e do Maranhão emigraram para essas imediações”. Seu objetivo seria “capturar o maior número deles para recrutas”, conduzindo a ação “com toda a moderação, prudência e tolerância”.²⁸

Na verdade, os índios do Buriti não eram “do Maranhão e Piauí”. Vinham das Frecheiras, próxima à fronteira destas províncias com a do Ceará. Como era comum acontecer, dificilmente a “moderação” seria seguida à risca por Mourão, ainda mais sabendo que o grupo havia praticado os atos tidos por “criminosos”. Os índios não ofereciam grandes preocupações para o governo porque eram poucos, mas não podiam

²⁷ De José Joaquim Coelho à câmara de Vila Nova. Fortaleza, 8 de outubro de 1841. APEC, GP, CO EX, livro 49, p. 112V.

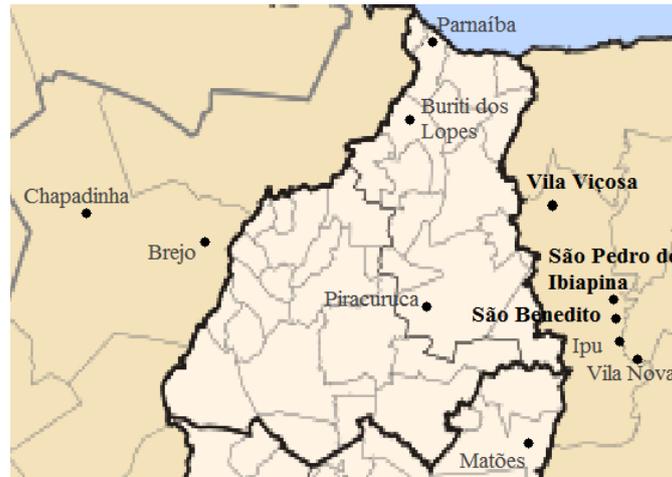
²⁸ De José Joaquim Coelho a Alexandre da Silva Mourão. Fortaleza, 8 de outubro de 1841. APEC, GP, CO EX, livro 49, p. 113.

deixar de ser recrutados, destino daqueles desprovidos de “importância” socioeconômica, para que se evitasse qualquer futura turbulência. Como vimos, chegaram de fato a ameaçar uma marcha para Viçosa – talvez visando recuperar um espaço que já havia sido deles – mas fugiram por cerca de 80 quilômetros até as imediações de Vila Nova. Como notou Maico Xavier, utilizaram-se de recurso recorrente para se livrarem do recrutamento (2015, p. 160), presente, inclusive, na memória de muitos remanescentes do “tempo do pega” entrevistados por Mathias Assunção (2008, p. 178-181).

Os índios não puderam escapar por muito tempo, pois foram recrutados para a Armada imperial e remetidos para a Corte em 1842, acompanhados de seu líder, Antônio Marques da Costa. Segundo o presidente Coelho, Costa era o “chefe da rebelião do Buriti”, comandara “os índios em São Pedro quando fizeram sete mortes”, estivera no “fogo de Mumbaba” e seduzira “os índios de Tapera Acima”.²⁹ Presos na condição de criminosos, o destino nas forças armadas para aqueles que lutavam contra os recrutamentos forçados parecia uma ironia, como observou Silvana Jeha (2013, p. 2). Representava, entretanto, as condições por meio das quais se construiu a cidadania brasileira a partir da consolidação do Estado nacional.

²⁹ De José Joaquim Coelho. Fortaleza, 1842. AN, XM 14. Apud: JEHA, Silvana Cassab. Caboclos do mar: indígenas na Armada Nacional e Imperial do Brasil. **Anais do VI Encontro Estadual de História – ANPUH/BA**, 2013, p. 2.

Locais de atuação dos índios do Ceará na Balaiada



Marcações feitas pelo autor, sobre cartografia atual do estado do Piauí disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Piauí>

Considerações finais

Com o fim da Balaiada, a posterior repressão aos últimos insurgentes e a continuação das políticas de recrutamento, tornar-se um cidadão que usufruísse plenamente de sua liberdade transfigurou-se em “utopia” ou mera categoria jurídica para os índios. Como afirma Marco Morel, a

... engrenagem nacional centralizadora, modernizante e defensora da ordem social, urdida por agentes históricos, incorpora e homogeneiza os multifacetados rebeldes, não somente eliminando-os, mas também digerindo-os e assimilando os pedaços partidos, na busca de uma nação próspera e desigual (MOREL, 2003, p. 65-66).

Em pleno período regencial, lutavam com afinco pelo rei porque sua cultura política, com raízes plantadas no Antigo Regime, ainda remetia à sociedade dividida em corpos equilibrados por uma cabeça real. Conheciam também o novo momento constitucional que, com seus arcos e flechas, ajudaram a construir, e por isso percebiam a si mesmos como mercedores das prerrogativas de cidadãos livres que a Constituição lhes garantia. Mas as elites proprietárias se sobrepuseram, triunfando sobre a antiga

ambição colonial do mando quase ilimitado e a exclusão dos pobres da política ou do exercício da cidadania.

Referências

ARAÚJO, João Mauro. Insurreição Balaiada. **Repórter Brasil**, agosto de 2006. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2006/08/insurreicao-balaia/>>. Acesso em: 7 de setembro de 2016.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. Balaiada e resistência camponesa no Maranhão (1838-1841). In: ZARTH, Márcio. MOTTA, Márcia. (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Volume 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008

_____. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Mônica Duarte (Org.). **Revoltas, motins e revoluções: homens livres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

COELHO, José Joaquim. **Relatório recitado pelo Ex.º Senhor Brigadeiro José Joaquim Coelho, presidente e comandante das armas da província do Ceará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 10 de setembro de 1841**. Recife: Typographia Santos e Companhia. 1842.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)**. Tese (doutorado) – Universidade de Campinas, 2016.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaiada: a guerrilha sertaneja. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 05, 1995.

_____. Movimentos sociais do século XIX: resistência e luta dos balaios no Piauí. In: ZARTH, Márcio. MOTTA, Márcia. (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Volume 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

JEHA, Silvana Cassab. Caboclos do mar: indígenas na Armada Nacional e Imperial do Brasil. **Anais do VI Encontro Estadual de História – ANPUH/BA**, 2013.

MARTINS, Francisco de Souza. **Relatório que apresentou o Exm. Sr. Doutor Francisco de Souza Martins, presidente desta província, na ocasião da abertura da assembleia legislativa provincial no dia 1º de agosto de 1840**. Fortaleza, Tipografia Constitucional, 1840.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas no Espírito Santo (1822-1875). **Diálogos Latinoamericanos**, n. 11, 2006.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Maria Amélia. A balaiada no Piauí. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos populares no Nordeste no período regencial**. Recife: FUNDAJ, Editora Massananga, 1989, pp. 15-26.

VIEIRA, Jofre Teófilo. **Uma tragédia em três partes**: o motim dos pretos da Laura em 1839. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 2010.

XAVIER, Maico Oliveira. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social**: os índios do Ceará no período do império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 2015.

O autor

João Paulo Peixoto Costa

Instituto Federal do Piauí/Universidade Estadual do Piauí

Recebido em 11/2021 • Aprovado em 12/2021 • Publicado em 02/2022